



DIÁLOGO SINDICAL



ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS

Nº:01- MARÇO 2018 - EDIÇÃO TRIMESTRAL

Lutadores alagoanos resistem à aprovação da reforma da Previdência



ANDES
SINDICATO NACIONAL

A ATUAL CONJUNTURA NACIONAL E OS DESAFIOS DA CARREIRA DOCENTE

Jailton de Souza Lira*

Este primeiro jornal da Adufal objetiva divulgar as principais ações da atual gestão do sindicato, bem como lembrar quais os principais desafios que temos enfrentado ao longo dos últimos tempos. Esta iniciativa se torna ainda mais importante em vista da conjuntura de ataques à liberdade de opinião e expressão ao conjunto da sociedade, efetivado por forças políticas reacionárias e contrárias ao processo de democratização política pós-regime militar. As próprias conquistas sociais e trabalhistas vigentes desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 estão sendo rapidamente desconstruídas desde o discutível processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016.

As ações de cerceamento da liberdade democrática tem se manifestado das mais variadas maneiras. Exemplos disso são Projetos de Lei como a “Lei da Escola sem Partido”, que descumprem diretamente o artigo 205 da Constituição no que se refere à “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e à garantia do “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e as recentes violações à autonomia universitária, feitas pelas autoridades federais, manifestadas nos processos administrativos midiáticos, no tolhimento da sua capacidade financeira e administrativa, inviabilizando o pleno desenvolvimento das suas atividades acadêmicas.

Por outro lado, além de ameaçados em suas ações pedagógicas e estarem sofrendo severas restrições às suas condições de trabalho, os profissionais do magistério público superior também estão sendo alvo das propostas de modificação da sua carreira e do sistema de previdência, enquanto permanecem intocáveis os injustificáveis lucros do sistema financeiro especulativo, principalmente depois da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os investimentos públicos por 20 anos.

É nesse contexto de enormes desafios que a atual gestão da Adufal “Combativa e autônoma” pretende realizar seu trabalho a partir da colaboração de todos/as, discutindo com os professores lotados no Campus



A.C. Simões, Arapiraca e Sertão, levando em conta o fato de que a Universidade é construída por todos, indistintamente do local de trabalho, das visões políticas e ideológicas e das áreas de pesquisa e extensão em que os seus profissionais atuam.

Nesse sentido, meios de comunicação contra hegemônicos como este são imprescindíveis para estabelecer uma comunicação frequente com nossa base associativa e para estimular um processo contínuo de formação e mobilização político-sindical, articulando a unidade da categoria e desenvolvendo ferramentas alternativas de enfrentamento frente a este cenário de recrudescimento das políticas neoliberais e de aumento da exploração da classe trabalhadora.

Esta resistência precisa se dar de maneira mais ampla e articulada possível com as organizações sindicais, sociais e estudantis, que são frentes fundamentais de ação contra-hegemônica. De igual forma, o debate plural, a reflexão crítica e a análise concreta dos problemas centrais deste momento histórico também não podem ser secundarizadas, pois o que mais aterroriza os autoritários é a possibilidade de “lançar luzes” sobre o obscurantismo, de desafiar o status quo, de questionar o poder estabelecido. Esta luta é de todos/as.

**Doutor em Educação. Professor do Centro de Educação.
Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas*

EXPEDIENTE

- Presidente
Jailton de Souza Lira
- Vice-presidente
Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira
- Secretário Geral
Domingos Sávio Corrêa
- Primeira Secretária
Maria Aparecida Batista de Oliveira
- Tesoureiro
Ailton Silva Galvão
- Vice-tesoureiro
Altair Marques da Silva

- Diretoria de Política Sindical
Carlos Eduardo Müller
- **Dorgival Moraes de Lima Júnior (Suplente)**
- Diretoria de Política Educacional e Científica
Irailde Correia de Souza Oliveira
- **Cícero Péricles de Oliveira Carvalho (Suplente)**
- Diretoria de Política Cultural
Maria do Socorro Menezes Dantas
- **Rita Luiza de PéciaName (Suplente)**
- Diretoria de Divulgação e Imprensa
Magnólia Rejane dos Santos
- **Amauri da Silva Barros (Suplente)**

Jornalista responsável: **M. André Aguiar MTE/AL 1657**
Diagramação: **Aleck Lima ABDG 2476**
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas – **Adufal**
Rua Dr. José de Albuquerque Porciúncula, 121 Farol Maceió-AL CEP: 57051-345
CNPJ: 12.499.018/0001-69
(82) 3241-1880 | (82) 9.9992-6899

Gráfica: **Grafmarques**
Tiragem: **3 mil exemplares**
Site: **www.adufal.org.br**
Facebook: **@adufal.secaosindical**

DIÁLOGO SINDICAL **AD UFAL**
ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Docentes da Ufal apresentam um debate qualificado no 37º Congresso do ANDES-SN

Considerado o maior da história do Sindicato Nacional, o congresso contou com a presença de oito delegados/as de Alagoas, eleitos em Assembleia convocada pela Adufal



Docentes da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) participaram do 37º Congresso do Andes-SN, que teve como tema: “Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba”. O encontro aconteceu nos dias 22 a 27 de janeiro, na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), em Salvador (BA) e contou com extensos debates que definem as políticas prioritárias do Sindicato Nacional para 2018.

Oito (08) Docentes de Alagoas participaram do encontro. Eles/as foram eleitos delegados/as durante uma assembleia convocada pela Adufal e tiveram suas despesas do congresso custeadas pela seção sindical do Estado. Foram eles/as: Ailton Prates, Ailton Galvão, Adriana Lourenço, Carolina Nozella, Irailde Correia, Joelma Albuquerque, Maria Aparecida e Carlos Müller.

Mas, antes do congresso, a Adufal organizou um seminário preparatório de estudos dos cadernos de textos do Andes-SN. Os/as delegados/as debateram as teses em dois encontros, promovidos pela Diretoria de Política Educacional e Científica, da Adufal. O objetivo foi fomentar a discussão e oxigenar a atuação dos/as delegados/as, para que tivessem uma participação qualificada na instância nacional.

O Congresso teve seis dias de debates que resultaram nas deliberações que irão orientar as lutas da categoria docente no próximo período e encerrou com a aprovação de mais 30 moções e a leitura da Carta de Salvador.

Este foi considerado o maior da história da entidade, com a presença de 581 participantes, sendo 413 delegados/as, 122 observadores, de 82 seções sindicais, 10 convidados/as e 36 diretores/as. O próximo congresso do Andes-SN acontecerá na cidade de Belém (PA), em 2020. A sede do próximo encontro foi escolhida pelos delegados/as presentes.

Disputa na eleição da nova diretoria do ANDES-SN

Duas chapas disputam a diretoria da entidade para o biênio 2018/2020.

A chapa 1 “ANDES Autônomo e de Luta”, o candidato a presidente é Antônio Gonçalves Filho, da Apruma Seção Sindical; a secretária-geral, Eblin Farage, da Aduff e atual presidenta e a tesoureira, Raquel Dias Araújo, Sinduece.

A chapa 2 “Renova ANDES” tem como candidata à presidência Celi Taffarel, da Ufba; Maria de Lourdes Nunes, Adufpi; e Everaldo Andrade, Adusp.

A eleição deve ocorrer, por votação direta e secreta em todo o Brasil, nos dias 9 e 10 de maio de 2018.

Plano de lutas

Os participantes do Congresso do Andes-SN aprovaram os planos de lutas específicas dos Setores das Instituições de Estaduais e Municipais de Ensino Superior (lees/lmes) e das Federais de Ensino (lfes).

Com relação a luta dos docentes das Federais, foi aprovada a intensificação das ações, em conjunto com servidores estaduais e municipais e outras organizações, entidades e movimentos sociais e populares, contra diversos ataques, como o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), a Medida Provisória (MP) 805/17, pela revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 e da contrarreforma Trabalhista, e contra a reforma da Previdência.

Os/as delegados/as aprovaram ainda os itens da pauta de reivindicações, que será encaminhada ao Governo Federal, bem como os itens que serão apresentados para integrar a pauta unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF). Além disso, irão lançar em todos os estados a Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior.



Jailton Lira, presidente da Adufal, chama a atenção para necessidade de luta em defesa da Previdência: "Temos muita luta pela frente e estamos cumprindo o nosso papel sindical"

Lutadores alagoanos resistem à aprovação da reforma da Previdência

Com a mobilização da classe trabalhadora, o governo suspendeu a tramitação da proposta

Dia 19 de fevereiro foi marcado como o 'Dia nacional de lutas em defesa da Previdência'. A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (Adufal) orientou a categoria a paralisar suas atividades e participar da mobilização em defesa dos direitos sociais. Com a intensa mobilização da classe trabalhadora, o governo não conseguiu a quantidade necessária de votos para a aprovação da reforma da Previdência e por isso suspendeu a sua tramitação.

Nesse dia de luta, as atividades começaram logo pela manhã, com panfletagem no terminal de ônibus do Benedito Bentes. No interior do Estado houve fechamento de rodovias, organizado pelos movimentos do campo.

Ainda na parte da manhã, houve panfletagem na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), campus AC Simões. A diretoria da Adufal intensificou o chamamento para a paralisação e mobilizou a comunidade acadêmica para se envolver na luta pelos direitos. Os diretores estavam acompanhados por um carro de som, anunciando os desmontes da proposta de Temer.

"Passamos nas unidades acadêmicas dialogando com professores, técnicos e estudantes especialmente sobre as ameaças que a reforma da Previdência traz, tanto para quem ainda está na ativa quanto para os estudantes, que ainda nem estão no mercado de trabalho. Também fizemos uma panfletagem na reitoria, dialogando com gestores e diretores de unidade que

estavam no local. Foi uma atividade importante que aproximou a entidade da base e deu visibilidade ao nosso trabalho", informou Ana Vergne, vice presidenta da Adufal.

Já no começo da tarde, os lutadores populares fizeram uma intervenção pública no aeroporto Zumbi dos Palmares, pressionando os deputados a votarem contra a PEC 287/16, da contrarreforma da Previdência. Cerca de 200 manifestantes fizeram agitação e cobraram o posicionamento dos parlamentares sobre a matéria. Os deputados Paulão (PT), Ronaldo Lessa (PDT) e Givaldo Carimbão (PHS) usaram o microfone e declaram apoio a manifestação. "Lutar pela Previdência Social é extremamente necessário", destacou Paulão.

Já o Senador Benedito de Lira (PP) xingou os manifestantes com palavras de baixo calão. Ele foi acompanhado do saguão até o portão de embarque chamado de golpista pelas pessoas que estavam no local. O senador votou a favor do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e a favor da reforma trabalhista.

O senador Renan Calheiros (PMDB) e o deputado Cícero Almeida (Pode) também passaram pelo aeroporto. Renan não quis conversar com os militantes e Almeida afirmou que vai votar contra a PEC.



Lutadores populares fazem intervenção pública no aeroporto Zumbi dos Palmares, pressionando os deputados a votarem contra a PEC 287/16

Logo em seguida aconteceu um ato público no calçadão do Comércio de Maceió. Os manifestantes utilizaram faixas, bandeiras, palavras de ordem e panfletos para dialogar com a população alagoana sobre a proposta do governo Temer de acabar com a Previdência Social.

“O presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira (PMDB-CE), determinou a suspensão da tramitação de todas as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) enquanto vigorar a intervenção militar na segurança pública no Rio de Janeiro, prevista até dezembro. Para as Centrais Sindicais, o recuo do governo é uma vitória da classe trabalhadora”.

“Está muito claro o que está em jogo: de um lado a população trabalhadora vítima de um governo corrupto e do outro lado esse mesmo governo articulado com congresso nacional e a banda pobre do judiciário, fazendo prevalecer um conjunto de ações que visam, sobretudo, prejudicar a classe trabalhadora e favorecer os interesses especulativos e internacionais. É contra esse conjunto de coisas que estamos aqui nos organizando. Por isso é fundamental não baixar a guarda, manter a unidade e estabelecer uma ponte com os meios de comunicação alternativos”, enfatizou Jailton Lira, presidente da Adufal.

O presidente da Adufal ainda usou o espaço de uma rádio comercial alagoana para dialogar com os ouvintes sobre a necessidade de lutar para barrar a contrarreforma do governo Temer. “Se essa reforma for aprovada, é muito improvável que alguém continue trabalhando 49 anos, porque o desemprego é

muito alto, existe uma alta taxa de rotatividade, as leis trabalhistas foram flexibilizadas, entre outras coisas. Então, temos muita luta pela frente e estamos cumprindo o nosso papel”, disse.

Suspensão da tramitação

Diante do decreto da intervenção militar na segurança pública no Rio de Janeiro, o presidente do Congresso Nacional, Eunício Oliveira (PMDB-CE), determinou ontem (19), a suspensão da tramitação de todas as propostas de emenda à Constituição (PEC) enquanto vigorar a intervenção, prevista até dezembro. A suspensão atinge mais de 190 propostas em andamento, entre elas a reforma da Previdência.

Para as Centrais Sindicais, o recuo do governo é uma vitória da classe trabalhadora.



Docentes da Ufal participam do Dia Nacional de Lutas em defesa da Previdência



Diretoria da Adufal circula nas unidades mobilizando a comunidade acadêmica



Dia Internacional da Mulher

Mulher, negra, professora, sindicalista. Maria Aparecida Batista começou sua trajetória militante no movimento eclesial da igreja católica, no município de União dos Palmares, terra de Zumbi. Em 1979 passou a fazer parte do corpo docente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), construindo uma carreira profissional sempre pautada pelo compromisso com as causas revolucionárias. Sua atuação política, ao longo da história, culminou na organização sindical, na qual foi presidenta da Associação dos Docentes da Ufal, por duas gestões, participando de 17 greves da categoria. Hoje é a Primeira Secretária da entidade e apresenta um pouco do debate Feminista à primeira entrevista do Diálogo Sindical.

Qual a importância que a Adufal dá para o tema?

A Adufal é um sindicato de luta, pela consolidação da democracia, de defesa dos direitos humanos e, sobretudo, pela defesa dos direitos categoria docente, (composta por um acentuado contingente de mulheres). Por isso, temos enfatizado ao longo da história, a importância política do 08 de março - Dia Internacional da Mulher, como uma forma de vislumbrar a luta das mulheres, historicamente. Nesse sentido, a Adufal, se põe em constante pugna, ao lado das mulheres, em combate a todas as formas de opressão e violência, perspectivando caminhos pontilhados de liberdade, para coletivamente contribuir na desconstrução da cultura patriarcalista, machista, sexista, com sua lógica binária e androcêntrica.

Como foi o 8 de março aqui Alagoas? Como se deu a participação da Adufal?

Foi um dia carregado de boniteza política e pedagógica, pois em cada rincão desse Estado (que segundo o Mapa da Violência de 2015, Alagoas está em 4º lugar onde mais se mata mulheres e Maceió ocupa o 1º lugar em violência de gênero), as mulheres em suas diversidades, do campo e da cidade, foram à luta construindo várias atividades. Tivemos vários tipos de manifestações como: palestras nas escolas e exibição de filmes, com debates. Fomos às ruas marchando contra a violência exercida contra a mulher, impunidade, precarização do trabalho, desemprego, pela legalização do aborto, por políticas de saúde humanizadas e equânimes, políticas públicas eficazes voltadas para atender as nossas demandas.

“A Adufal, se põe em constante pugna, ao lado das mulheres, em combate a todas as formas de opressão e violência”

A proposta de contrarreforma da Previdência, apresentada pelo governo golpista, afeta as mulheres de forma visceral. Quais pontos você destaca desta proposta de retrocesso desumano para as mulheres?

A Reforma da Previdência atenta contra a nossa Democracia e aos Direitos Humanos. Ela representa um profundo retrocesso aos direitos das trabalhadoras, e, sobretudo aprofunda as desigualdades existentes entre o gênero masculino e o feminino. Em seu bojo, ela traz o aumento dos anos de trabalho; do tempo de contribuição; perda da pensão do marido/esposa, quando este/a já tiver uma aposentadoria, entre outras coisas. As trabalhadoras rurais serão ainda mais penalizadas, é um total desamparo, uma desumanização com as trabalhadoras do campo. O governo fecha os olhos para as condições precárias desse tipo de trabalho, desenvolvido por essas mulheres. Essa é uma reforma que está posta sob o disfarce da privatização dos bens de serviço, está ao lado da elite econômica, à medida que perdoa bilhões das dívidas com a Previdência, feita por banqueiros, donos do capital financeiro, ao tempo em que pune as/os trabalhadoras/es, retirando seus direitos de aposentadoria, respaldado na falácia do rombo da previdência.

De que forma o tema deve se fazer presente no cotidiano das pessoas?

Essa temática deve estar inserida nas ações educativas, preventivas e cobrança de políticas públicas, e na luta diária travada pelas mulheres, contra todas as formas de discriminação, racismo, desrespeito a sua religião, objetificação de seu corpo, violência em todos seus aspectos. Enfim onde os direitos humanos das mulheres sejam violentados.

A cultura machista, sexista, patriarcal ainda se faz presente nas universidades brasileiras?

Sim, pois a Universidade, como instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, está inserida no contexto da sociedade capitalista, excludente e opressora, portanto, ela reproduz o sistema. Mas, por outro lado, como promotora da educação e da produção do conhecimento científico, ela aproveita as brechas engendradas pelas contradições do sistema capitalista, assumindo uma postura “dialógica x dialética”, e questiona criticamente a cultura machista, sexista, racista e binária. Assim, pode-se desenvolver estudos relacionados as questões de gênero, raça- etnia, e diversidade sexual e religiosa, entre outros temas.

“Temos o desafio de assumir uma proposta pedagógica 'humanista e libertadora', com vista à manutenção de um diálogo crítico em todos os níveis de educação e nos movimentos sociais, sindicais, etc.”

Quais as pautas centrais do movimento das mulheres trabalhadoras?

Cobrar do poder central a efetivação de políticas públicas na área da saúde, educação, geração de emprego e renda, ações educativas e jurídicas para combater todas as formas de violência, perpetrada contra a mulher do campo e da cidade. Fazer valer o Pacto Nacional de Violência, consolidado na Conferência da Mulher; desenvolver ações contra o feminicídio; criar mais Delegacias da Mulher, bem como seu funcionamento 24h e abertura nos finais de semana, com um atendimento respeitoso e humanizado.

Quais os desafios para superar essas práticas sectárias e excludentes?

Os desafios para o enfrentamento das práticas opressoras, violentas e excludentes são grandes. É preciso que os/as educadores/as, a sociedade civil organizada, os operadores/as de justiça, movimentos sociais, estejam abertos/as para assumirem criticamente o livre debate das questões de gênero e da diversidade. Esse movimento deve ser a nossa tônica, pois precisamos combater todas as formas de violência. Em primeira instância, essa questão passa pela educação, temos o desafio de assumir uma proposta pedagógica “humanista e libertadora”, com vistas à manutenção de um diálogo crítico em todos os níveis e nos movimentos sociais, sindicais, etc.

Adufal promove ações frente às medidas do TCU que atingem os servidores

A diretoria da Adufal construiu uma comissão para analisar a decisão judicial do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao acórdão nº 6492/2017. A medida propõe reavaliar os reajustes salariais já aprovados.

A comissão tem como objetivo avaliar a decisão judicial que propõem reavaliar as conquistas já consolidadas, tais como o plano econômico 3,17%, 26,06%, 28,86% e a Retribuição por Titulação (RT). Após o estudo, serão levantados dados, juntamente com a assessoria jurídica da Adufal para subsidiar a elaboração de um dossiê.

A Adufal também participou de uma audiência com a reitoria da Universidade, para uma discussão coletiva e avaliação das ações a serem tomadas frente a medida. ●

Liminar da Adufal assegura o pagamento da Retribuição por Titulação aos docentes

A Adufal obteve êxito na ação coletiva nº 0801073-24.2018.4.05.8000, em curso na 3ª Vara Federal de Alagoas, ao conseguir liminar impedindo que a administração da Ufal efetuasse o corte das Retribuições por Titulação (RTs).

A liminar assegura ao/a associado/a que receba a RT, mas tenha algum tipo de pendência relativa à entrega de diploma, convalidação ou outro problema, a manutenção da Retribuição, enquanto não julgado o mérito da demanda.

A decisão do Magistrado foi baseada na Resolução 61/2010 – Consuni/Ufal, de 08 de novembro de 2010, bem como na jurisprudência do próprio TRF da 5ª Região, o qual entende ser válida a comprovação da titulação mediante a apresentação de outros documentos que atestem o cumprimento dos requisitos, no caso de impossibilidade de entrega do diploma, de modo que a ausência de tal documento não pode ser causa para a administração suspender a Retribuição.

No entanto, como toda decisão judicial, cabe recurso para a Universidade, existindo a possibilidade, ainda que remota, de a decisão ser revista por um Tribunal Superior. Por isso, a orientação é que o/a associado/a busque resolver, o quanto antes, suas pendências relativas às RTs junto ao setor pessoal da universidade, assegurando a rubrica de forma definitiva. ●

Adufal entra com ação judicial contra o aumento abusivo da GEAP

A Adufal entrou com uma ação civil pública, em defesa da categoria, contra o aumento abusivo imposto pela GEAP. O aumento refere-se ao reajuste no plano de saúde dos/as docentes, apresentado pelo órgão no começo do ano.

A assessoria jurídica informa que foram feitos pedidos alternativos ao juiz. O primeiro pedido foi para reduzir o reajuste relacionado ao índice da inflação que foi de 2.5%. A Associação está aguardando o posicionamento do poder judiciário. ●

A CONAPE – Luta e resistência em defesa da educação, da democracia e da soberania popular

Desde 1962 – quando foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Educação – e especialmente a partir da Constituição de 1988, os Planos Nacionais de Educação vêm se fortalecendo enquanto definidores das políticas educacionais no Brasil. É através das Conferências de Educação que o debate democrático e participativo da sociedade civil vem ocorrendo e, desse processo, são desenhados os Planos de Educação. Isso foi o que ocorreu nos contextos das I e II Conferências Nacionais de Educação (2010 e 2014). Os documentos produzidos nessas Conferências serviram de subsídio para as ações do Fórum Nacional de Educação, especialmente no monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação. Esse processo de discussão desenharia o Sistema Nacional de Educação.

Com esse espírito de participação democrática, o povo brasileiro vinha construindo a Conferência Nacional de Educação/CONAE 2018, através do Fórum Nacional de Educação. Porém, esse processo foi desrespeitado e desarticulado pelo governo golpista de Temer, através do Decreto de 26 de abril de 2017 e da Portaria 577 de 27 de abril de 2017 que delegaram ao Ministro da Educação o poder de decidir sobre as participações no Fórum. Esse tipo de interferência do governo tem inviabilizado o controle social sobre as políticas públicas, além de ser um ataque frontal aos princípios democráticos defendidos pela nossa Constituição Federal.

Contudo, como resistência e contraposição a esses retrocessos e atropelos impostos pelo governo golpista, é que diversas entidades da sociedade civil que compunham o Fórum Nacional de Educação/FNE estão articulando o Fórum Nacional Popular de Educação(FNEP), buscando construir a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), que ocorrerá de 24 a 26 de maio de 2018, em Belo Horizonte-MG.

Em Alagoas, de acordo com a Coordenação do Fórum Estadual Permanente de Educação de Alagoas/FEPEAL, será realizada uma Conferência Livre, da Educação Básica, dia 26 de março de 2018 (no Auditório Jarede Viana/SINTEAL) e, no dia 13 de Abril de 2018, ocorrerá a Conferência Estadual, que elegerá 40 delegados(as) para a CONAPE. A Adufal está articulando a realização de uma Conferência Livre, da Educação Superior (que deverá acontecer também em abril), para que possamos discutir nossas prioridades e propostas e garantir representação nas demais etapas da CONAPE

De acordo com o Documento Referência da CONAPE, a Conferência tem como objetivo geral “[...] monitorar e avaliar o cumprimento do PNE, corpo da lei, metas e estratégias, propor políticas e ações e indicar responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federativos e os sistemas de educação[...]”.

É neste sentido, de fazer valer o papel da sociedade no controle e cobrança junto ao Estado, da garantia do direito de acesso à educação, bem como de permanência e sucesso da população que chega às escolas e as Universidades, que a Adufal soma forças com os combativos/as companheiros/as que compõem o Fórum Nacional Popular de Educação/FNEP e que se lançam no processo de construção da CONAPE, em defesa da educação, da democracia e da soberania popular.

CULTURA

O Projeto *Café & Prosa* é um espaço de debates, fomento à cultura, confraternização, lazer e interação entre os/as docentes. Promovido pela Diretoria Cultural, junto com o Núcleo dos Aposentados, a proposta é articular um momento onde professores/as ativos/as e aposentados/as possam desfrutar das atividades socioculturais ofertadas pela entidade.

Na construção e execução desse projeto, a Adufal tem contado com significativas contribuições de professores/as por suas atividades profissionais e artísticas.

A programação para 2018 tem como foco – Arte e Cultura – e deverá promover a valorização de diferentes personalidades ligadas à temática, com destaque para artistas de Alagoas.

O formato proposto busca valorizar a integração entre os atores sociais históricos ligados à arte e a cultura, principalmente, em Alagoas, com a utilização de vídeos, músicas, poesias e entrevistas ligadas à vida e obra de personalidades artísticas.

Para o trimestre março/maio, a promoção homenageia Chiquinha Gonzaga, Linda Mascarenhas e Heckel Tavares.



PROGRAMAÇÃO

• 21 DE MARÇO

Sessão ABRE ALAS – 100 anos de Chiquinha Gonzaga – articulado ao Dia 08 de março/Dia Internacional da Mulher

• 04 DE ABRIL

Vida e Arte de Linda Mascarenhas

• 03 DE MAIO

Vida e Arte de Heckel Tavares